**SISTEMA OCEPAR:**

**Secretário chefe da Casa Civil participa de reunião da diretoria**

O secretário chefe da Casa Civil do Paraná, Eduardo Sciarra, participou, na manhã desta segunda-feira (16/03), da 45ª Reunião Ordinária da diretoria da Ocepar, referente à gestão 2011/2015. Ele fez uma explanação sobre a situação econômica do Paraná e as medidas que estão sendo tomadas pelo governo do Estado para superar as dificuldades atuais. Além disso, os diretores da Ocepar também discutiram diversos outros temas, como os reflexos da situação econômica do país e da greve dos caminhoneiros para as cooperativas; as propostas do G-7, grupo formado por entidades do setor produtivo paranaense, para alterações da legislação do ICMS e as sugestões das cooperativas ao Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2015/2016, entre outros.

**Sescoop/PR** – No período da tarde, será a vez dos Conselheiros do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/PR) realizarem sua reunião ordinária para deliberar sobre temas ligados ao trabalho de formação profissional e promoção social das cooperativas paranaenes.

**MESTRADO PUCPR:**

**Superintendente da Ocepar profere aula magna da 2ª turma em gestão de cooperativas**

O superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, proferiu, na manhã de sábado (14/03), a aula magna da 2ª turma de Mestrado em Gestão de Cooperativas da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná). Acompanharam a aula inaugural, além de alunos e professores do mestrado, o reitor da PUCPR, Waldemiro Gremski, o decano da Escola de Negócios, Eduardo Damião da Silva, o coordenador do Mestrado em Gestão de Cooperativas, Tomas Sparano Martins, e o gerente de Desenvolvimento Humano do Sescoop/PR, Leonardo Boesche.

**Cooperativismo** - Em sua palestra, Ricken abordou os aspectos conjunturais do cooperativismo, bem como os desafios do setor e os avanços observados na intercooperação entre cooperativas. O dirigente também falou sobre as estratégias de atuação das cooperativas do Paraná, e saudou os alunos presentes, enfatizando a responsabilidade de cada mestrando, incentivando-os a desenvolver pesquisas relacionadas ao cooperativismo paranaense. “Precisamos cada vez mais capacitar nossos profissionais, e o mestrado em gestão de cooperativas é fundamental ao processo de formação de recursos humanos do cooperativismo. As pesquisas realizadas pelos futuros mestres trarão respostas importantes aplicáveis à realidade das cooperativas”, afirmou. A aula magna foi realizada na Escola de Negócios, no campus do Prado Velho, em Curitiba.

**Reitor** - De acordo com o reitor da PUCPR, a instituição considera prioritária a parceria com o Sistema Ocepar. “A universidade não pode se fechar às demandas da sociedade. Consideramos o mestrado em gestão de cooperativas um marco para PUCPR, visando produzir ciência e formar recursos humanos de alta qualidade. Por meio da disseminação de conhecimento científico, a universidade cumpre sua missão de contribuir para o desenvolvimento do país”, disse.

**Sescoop/PR** - Após a aula magna, os alunos acompanharam a palestra do gerente de Desenvolvimento Humano do Sescoop/PR, Leonardo Boesche, que discorreu sobre os princípios do cooperativismo e as especificidades de uma cooperativa. O Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas é uma iniciativa da Escola de Negócios da PUCPR que conta com o apoio do Sistema Ocepar. A segunda turma conta com 25 alunos. Trata-se de uma pós-graduação na modalidade “stricto sensu”. O curso oferece duas linhas de pesquisa: Cooperativismo e Sustentabilidade e Gestão Estratégica de Entidades Cooperativas. O programa contempla 24 créditos, com cinco disciplinas obrigatórias e três eletivas, mais uma dissertação. As aulas são quinzenais. “A missão do curso é gerar conhecimento que possa contribuir com o desenvolvimento de profissionais de alto desempenho para o setor cooperativista, capazes de pesquisar, identificar e encontrar soluções para problemas complexos existentes nas cooperativas”, explicou o professor Eduardo Damião da Silva.

**SESCOOP/PR:**

**Novos agentes são preparados para o desempenho da função**

O Sistema Ocepar, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/PR), está realizando, nesta segunda-feira (16/03), na sede da entidade, em Curitiba, a formação de novos agentes de Desenvolvimento Humano (DH) e de Desenvolvimento e Autogestão (DA). Entre eles, sete cinco profissionais que vão atuar Sescoop/PR, um da cooperativa Coprossel, de Laranjeiras do Sul, e um da Unimed Curitiba. Duas assistentes de treinamento do Sescoop/PR também estão sendo capacitadas.

**Conteúdo** - Ao longo do dia, os participantes estão orientados sobre a origem, funcionamento e estrutura do Sescoop/PR, Sistema GDH, o papel dos agentes de Desenvolvimento Planejamento, Projetos e Prestação de Contas. Aspectos jurídicos e questões relacionadas à contratação de instrutores também serão abordados. Os conteúdos estão sendo repassados por profissionais do Sescoop/PR. Uma das atribuições dos agentes é contribuir para o levantamento, com maior precisão, das demandas na área de formação existentes nas cooperativas e dar andamento aos projetos.

**STF:**

**Plenário julga inconstitucional concessão de benefícios fiscais no Paraná**

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de parte de lei paranaense que previa a concessão de benefícios fiscais para importações realizadas pelos portos e aeroportos de Paranaguá e Antonina, no Paraná. No entendimento da Corte, parte dos dispositivos questionados na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4481, ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), são inconstitucionais, uma vez que constituem concessão de benefício sem a celebração de convênio.

**Parcelamento sem correção** - Segundo o relator da ação, ministro Luís Roberto Barroso, há na Lei 14.985/2006, do Estado do Paraná, dispositivos que preveem o parcelamento sem correção monetária nem juros, e conferindo créditos fictícios de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o que configura situação de benefício fiscal. Foi considerado inconstitucional também dispositivo que autoriza o governador a conceder benefício por ato infralegal. O ministro explicou que o entendimento do STF é no sentido de que “a concessão unilateral de benefícios fiscais relativos ao ICMS sem a prévia celebração de convênio intergovernamental, nos termos da Lei Complementar 24/1975, afronta o artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, letra ‘g’, da Constituição Federal”

**Não acolhido** - Não foi acolhido pedido relativo ao artigo 1º, inciso I, da lei, o qual estabelece a suspensão do recolhimento do ICMS cobrado de matéria-prima e material intermediário até o momento de saída do material já industrializado. “O STF tem posição de que o diferimento, não significando redução ou dispensa, não significa benefício fiscal, não necessitando de convênio”, afirmou o ministro Barroso.

**Modulação** - Ao decidir pela modulação dos efeitos da decisão, que passará a valer a partir da data do julgamento da ADI, o relator ponderou que a lei vigorou por oito anos, e desfazer retroativamente seus efeitos teria um impacto imprevisível e injusto com relação às partes privadas, que cumpriram a lei tal qual ela foi posta. “Precisamos fazer uma ponderação entre a regra da Constituição Federal que foi violada, e a segurança jurídica, a boa-fé e a estabilidade das relações que já se constituíram.”

**Cautela** - Nos casos que envolvem guerra fiscal, ponderou o relator, a Corte deveria se pronunciar cautelarmente, suspendendo os efeitos da legislação a fim de que ela não vigore por nenhum prazo significativo, mas não foi isso que ocorreu no caso em análise, pois foi adotado o rito abreviado. A posição quanto à modulação foi acompanhada por maioria, vencido o ministro Marco Aurélio. (*Assessoria de Imprensa do STF – Notícia veiculada em 11/03/2015*)

**SICREDI VALE DO PIQUIRI:**

**A união de forças para crescer**

Associados decidiram pela união entre as cooperativas de crédito em Assembleia Extraordinária Conjunta, realizada no sábado (14/03), em Palotina (PR). As cooperativas Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP e Sicredi Fetcoop SP se unem com o objetivo de crescer. Com a fusão, os associados ganham força e surgem várias oportunidades para a cooperativa, entre elas, a livre admissão de associados; escala para crescimento; aumento dos depósitos, aumento do patrimônio líquido e maior carteira de crédito. Esta é a terceira união realizada pela Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP e cooperativas do Paraná e São Paulo.

**Primeiras uniões** - Em 2013, aconteceram as primeiras uniões, com a Sicredi ABCD, ligada ao ramo das indústrias e com a Credite, cooperativa segmentada no ramo de tecnologia. E agora, com a Sicredi Fetcoop SP (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FETCESP). “A cooperativa já tem na sua história a integração entre cooperativas. A primeira foi em 2003, com cooperativas de Palotina, Goioerê e Ubiratã no Paraná. E desde 2013, sendo a primeira do Sistema Sicredi a iniciar a união com cooperativas de áreas não contínuas. O resultado tem sido edificante e estamos evoluindo em número de associados e realização de negócios, assim como na divulgação e expansão do cooperativismo de crédito”, comentou o presidente Jaime Basso.

**Área de atuação** - A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicredi Vale do Piquiri, fundada em 1988, tem área de atuação em 43 municípios nas regiões Oeste, Centro Oeste e Noroeste do PR e 8 municípios, na região do ABCD e capital Paulista. O quadro social da cooperativa encerrou 2014 com mais de mais de 66 mil associados e está listada entre as maiores organizações do segmento no Brasil, com R$ 1 bilhão em ativos totais.

**Fetcoop SP** - A Sicredi Fetcoop SP (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FETCESP) iniciou as atividades em 08 de fevereiro de 2011, com o objetivo de ampliar a participação do Sistema Sicredi em São Paulo. A cooperativa de crédito foi criada para atender ao segmento de transportes de cargas do Estado de São Paulo e encerrou o ano com 1.200 associados e R$ 25 milhões em ativos totais.

**Escala e fortalecimento** - Com a união o Sistema Sicredi ganha escala e fortalece a participação em São Paulo. Para o presidente da Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, Jaime Basso, a fusão trará ainda mais segurança aos associados. “Nosso esforço é no sentido de fortalecer o Sicredi, formando uma cooperativa forte, com liquidez e patrimônio líquido, oportunizando a realização de negócios atendendo as necessidades dos associados”, argumenta. (*Imprensa Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP*)

**COCAMAR:**

**Produtores e lideranças de Iepê (SP) saúdam a chegada da cooperativa**

Cerca de 130 convidados, entre produtores e lideranças, participaram na noite da última quinta-feira (12/03) de uma solenidade em Iepê (SP), na qual foi oficializado o início de operação da Cocamar naquele município situado na região oeste do Estado, divisa com o Paraná. Ao pronunciar-se, o vice-presidente de Negócios da cooperativa, José Cícero Aderaldo, disse que a reunião tinha a finalidade de apresentar a forma de atuação da Cocamar.

**Transparência** - “Priorizamos a transparência e, ao menos duas vezes por ano, dirigentes se deslocarão até aqui para apresentar o desempenho, os números da cooperativa e dialogar diretamente com os associados”, pontuou. Segundo Aderaldo, o objetivo da organização cooperativista é gerar benefícios aos produtores, lembrando que todos os ganhos são investidos em melhorias nela mesma. Ele ressaltou que a estrutura de recebimento de grãos começou a operar na semana passada e, até maio, a loja de insumos agropecuários estará funcionando. “Pretendemos também avançar para outros municípios da região”, adiantou.

**Diferenciais** - Em seguida, o superintendente de Negócios, Arquimedes Alexandrino, falou sobre os diferenciais do cooperativismo, ressaltando, entre outros aspectos, o fato de a Cocamar ser uma balizadora de mercado, oferecendo preços justos pela produção e, ao mesmo tempo, insumos de qualidade a preços competitivos.

**Mais forte** - Dono de 160 alqueires, o produtor César Pinchetti avaliou que a chegada da Cocamar “contribuirá para fortalecer o agronegócio regional”. Ele cultiva grãos e calcula que a colheita de soja, em fase final, deverá apresentar uma média de produtividade de 140 sacas por alqueire. “Sob o ponto de vista climático, tivemos uma temporada muito melhor que a do ano passado”, mencionou Pinchetti que, há 20 anos, diversifica seus negócios com a produção de café.

**Expectativa** - A expectativa de 130 sacas por alqueire é projetada por Pedro Roberto de Souza em sua propriedade de 50 alqueires, 35 dos quais cultivados com soja. “A concorrência é muito salutar”, disse ele sobre a presença da cooperativa, a qual já conhece de longa data. Para Paulo Tarcisio Zago, que produz grãos em 8,5 alqueires, cuja média esperada também é de 130 sacas, o fato de a cooperativa ser uma reguladora do mercado “vai beneficiar muito os produtores, que receberão preços adequados por suas safras”. O pecuarista Ernani de Oliveira, que estava acompanhado da esposa Vera, comentou que “abrem-se novas perspectivas para o setor e Certamente seremos bem assistidos”.

**Economia** - Com 7,5 mil habitantes, Iepê é banhado pelo Rio Paranapanema e faz parte da região de Presidente Prudente, onde predomina a pecuária de corte. Diferente, no entanto, desse município, suas terras férteis estimularam o desenvolvimento da agricultura e a soja passou a ser cultivada ali a partir da década de 1980, revezando com o milho no inverno. A prefeita Rosa Zakir lembrou durante a solenidade que “a vinda da Cocamar para o município vai favorecer não apenas os produtores, mas estimular toda a economia regional”.

**Gerência** - O entreposto será gerenciado pelo engenheiro agrônomo Rodrigo Nunes Karrum, de 33 anos, desde 2008 nos quadros da Cocamar. Ele conta com uma equipe de 16 colaboradores. (*Imprensa Cocamar*)

**PARCERIA:**

**Silvio Barros e Coamo discutem novos investimentos**

O secretário do Planejamento e Coordenação Geral, Silvio Barros, se reuniu na sexta-feira (13/03) com o presidente da Coamo Agroindustrial Cooperativa, José Aroldo Gallassini, em Campo Mourão, para discutir os futuros investimentos estratégicos da Coamo e ouvir as demandas da cooperativa. Outro tema abordado foram as possíveis ações por parte do governo que podem criar um clima mais favorável para aumentar os investimentos na produção agrícola do Estado.

**Empenho** - Silvio Barros lembrou que a Coamo é uma das maiores cooperativas do mundo e que o governo estadual se empenhará para que os investimentos da instituição em infraestrutura fiquem no Estado. “Nós temos que fazer o possível para que os produtores agrícolas tenham condições de ampliar seus negócios no Paraná”, afirmou.

**Energia e porto** - As principais demandas da cooperativa estão relacionadas a questões de energia e portuárias. Silvio Barros assumiu o compromisso de fazer a ponte entre a Coamo e os órgãos de governo responsáveis por essas áreas.

**Presenças** - Também participaram da reunião o secretário do Esporte e do Turismo, Douglas Fabrício; o deputado estadual Márcio Nunes, e o presidente da Codapar, Silvestre Dimas Staniszewski. (*Agência de Notícias do Paraná*)

**INTEGRADA:**

**Cooperativa realiza série de eventos para marcar a Semana da Mulher**

Celebrar a importância das mulheres na sociedade e no cooperativismo. Esse é o objetivo dos eventos realizados pela Cooperativa Integrada e pelos Núcleos Femininos para comemorar o Dia Internacional da Mulher, celebrado no último dia 8 de março. Em Maringá, dezenas de cooperadas de diversas regionais participaram do evento em comemoração ao Dia da Mulher, promovido pela Sociedade Rural de Maringá (SRM), Cooperativa Integrada e outros parceiros da região.

**Palestras** - A programação comemorativa seguiu com duas palestras para marcar a data, nas regionais Astorga (11/03) e Londrina (12/03). Com o tema “O poder de ser mulher”, a psicóloga Ana Cláudia Vanzelli destacou importância da participação das mulheres na sociedade, no cooperativismo e nos negócios da família. Cooperadas, esposas de cooperados e colaboradoras da Integrada participaram dos eventos. Além disso, diversos Núcleos Femininos da Integrada promoveram ações para marcar o Dia da Mulher em diversas regionais e unidades da cooperativa.

**Conquista** - “As mulheres estão conquistando uma participação cada vez maior na sociedade. Nós acreditamos e apoiamos esse avanço, que acontece em todas as áreas, inclusive na atividade agrícola. Por isso, há anos a Cooperativa Integrada desenvolve uma série de projetos e atividades voltados para as mulheres”, ressalta o diretor da Integrada, Sergio Munhoz.

**Núcleos Femininos** - A Integrada conta com 17 Núcleos Femininos que desenvolvem ações nas cidades onde a cooperativa atua. Ao todo, participam mais de 500 mulheres, entre cooperadas, esposas e filhas de cooperados. Também fazem parte dos Núcleos, colaboradoras e esposas dos colaboradores da Integrada. Além de ser uma forma de aproximar as mulheres das atividades da cooperativa, os Núcleos Femininos desenvolvem diversas ações para capacitação e desenvolvimento das participantes. (*Imprensa Integrada*)

**UNIMED MARINGÁ:**

**Cooperativa destaca celebração do Dia Nacional do Ouvidor**

Ato publicado no Diário Oficial da União, no dia 15 de março de 2012, estabeleceu o dia 16 de março como Dia Nacional do Ouvidor. A data comemorativa, reconhecida legalmente, fortalece o papel do ouvidor, cujo objetivo é garantir e dar voz, tanto interna quanto externamente, ao cidadão, ao consumidor e ao funcionário. Desta forma, o ouvidor transforma cada manifestação em importante ferramenta de gestão, recurso precioso para garantir um serviço ou produto de excelência.

**Canal de mediação** - A Unimed Maringá, preocupada em oferecer a melhor assistência à saúde aos seus beneficiários, instituiu a Ouvidoria no ano de 2013, como um canal de mediação para resolução da necessidade de seus clientes. O serviço é norteado pela Mediação, Imparcialidade, Transparência e Autonomia. Para a equipe de Ouvidoria da Unimed, “o principal papel é ser porta voz do cliente, e atuar para garantir soluções éticas às suas manifestações, com celeridade e imparcialidade.” (*Imprensa Unimed Maringá*)

**DEBATE I:**

**Panorama do cooperativismo mundial é tema de encontro na Bélgica**

A gerente de Relações Institucionais do Sistema OCB, Fabíola Nader Motta, participou nesta sexta-feira (13/03) de uma reunião na sede da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Bruxelas, na Bélgica, para tratar da parceria entre as duas instituições, cujo foco são as iniciativas “World Co-operative Monitor” e “Heritage Project”. Participaram da reunião o diretor de Comunicação da ACI, Jan Schiettecatte, e o coordenador de Marketing da Aliança, Nicola Huckerby.

**Publicação anual** - O “World Co-operative Monitor” é uma publicação anual da ACI em parceria com o Instituto Europeu de Pesquisa em Cooperativismo e Economia Social (EURICSE). O projeto compila dados de cooperativas em todo mundo, divulgando a lista das 300 maiores cooperativas e a participação delas na economia global. A iniciativa confere visibilidade internacional ao movimento cooperativista e tem sido uma ferramenta útil na defesa dos interesses das cooperativas em todo mundo.

**Patrimônio histórico e cultural** - Por outro lado, o “Heritage Project” visa restaurar e divulgar o patrimônio histórico e cultural do movimento cooperativista. A ACI trabalha em uma coordenação global de proteção da riqueza cultural gerada pelas cooperativas. Integrante da ACI há 26 anos, a OCB tem se empenhado em apoiar a Aliança bem como seus projetos internacionais.

**Cooperação e diálogo** - As duas organizações têm um histórico de cooperação e diálogo permanente. A OCB possui representantes eleitos no Conselho da ACI desde à sua filiação. O ex-presidente da OCB, Roberto Rodrigues, foi o único presidente não- europeu em toda história da Aliança. Essa proximidade entre as duas instituições vem gerando resultados positivos para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil e no mundo.

**Identidade** - Durante a reunião, também foi abordada a questão da adesão de cooperativas brasileiras à marca “coop”. A intenção é que cada vez mais cooperativas possam usar essa identidade. (*Informe OCB*)

**DEBATE II:**

**Cooperativismo é alternativa para superar economia informal**

Com intuito de compartilhar os casos de sucesso das cooperativas brasileiras, como agentes de geração de renda e inclusão social, a gerente de Relações Institucionais do Sistema OCB, Fabíola Nader Motta, participou, na última quinta-feira (12/03), de uma mesa redonda sobre os “Desafios da economia informal”, durante o 8º Encontro da Sociedade Civil Organizada da União Europeia, América Latina e Caribe. O encontro, realizado na cidade de Bruxelas, capital da Bélgica, reuniu cerca de 100 lideranças de diversos países na sede do Comitê Econômico e Social Europeu, que discutem a questão da economia informal.

**Natureza** - Durante sua apresentação, a representante do Sistema OCB fez questão de frisar que, devido à sua natureza, o cooperativismo é um dos meios mais eficazes para solucionar a dificuldades e até problemas gerados pelos profissionais que ainda vivem na situação de informalidade.

**Coletividade** - “As cooperativas passam a ter um grande papel neste sentido, pois representam uma coletividade que trabalha com vistas à melhoria da qualidade de vida de seus associados. Além do mais, os cooperados podem negociar coletivamente, o que gera economia de escala e oficializa a atividade do grupo”, enfatiza Fabíola Nader.

**Economia** - A gerente discorreu, ainda, sobre o fato de o Brasil ocupar, atualmente, a sétima posição no ranking das maiores economias do mundo. “Nosso PIB foi de US$2,39 trilhões de dólares em 2013, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, essa magnitude econômica não se reflete de forma adequada em termos igualdade social no país, o que apresenta impacto direto nas relações de trabalho do país”, comenta.

**PIB per capita** - Fabiola explicou que uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2014, indicou que o PIB per capita do país está entre as últimas posições em relação às principais nações do mundo. “Isto é, caso as riquezas produzidas pela economia brasileira sejam divididas entre todos os brasileiros igualmente, chega-se a US$ 11,7 mil por habitante, valor muito inferior a outros países, que chegam a ter um PIB per capita de US$ 51,7 mil”.

**O evento** – Empresários e trabalhadores de diversos países das regiões estão presentes no evento que prevê a discussão de várias questões, como: o câmbio climático; a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável; a economia informal e a interação da sociedade civil com a Assembleia Parlamentar EU-América Latina. (*Informe OCB*)

**REGULAMENTAÇÃO:**

**Moçambique se espelha no Brasil para elaborar lei cooperativista**

A legislação brasileira, aplicada ao cooperativismo, ainda precisa avançar em alguns aspectos, segundo a avaliação do próprio setor. Entretanto, tem servido de base para auxiliar outros países a estimular o desenvolvimento das cooperativas. Este é o caso de Moçambique, na África. A Associação Moçambicana para a Promoção do Cooperativismo Moderno (AMPCM) que acaba de consolidar um projeto de lei inspirado na experiência brasileira.

**Amplitude** - O projeto de lei trata da amplitude do movimento cooperativista no país, inclusive categorizando o ato cooperativo. A notícia foi divulgada na quinta-feira passada (12/03) durante a 8ª Assembleia Geral da Associação Moçambicana para a Promoção do Cooperativismo Moderno (AMPCM), da qual participam representantes do Sistema OCB. O evento, que terminou sábado (14/03), foi realizado em Maputo, capital de Moçambique.

**Representação** - Convidada pela parceira moçambicana, a Organização das Cooperativas Brasileiras, que ocupa atualmente a presidência da Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa (OCPLP), representou os movimentos cooperativistas dos países de fala portuguesa.

**Relatórios** - Na assembleia foram apresentados, ainda, os relatórios financeiros e administrativos do ano passado. O grupo também deliberou sobre a adesão de novos integrantes. A AMPCM foi recentemente criada e representa todo o movimento cooperativista do país africano. Embora ainda jovem, a organização ganhou notoriedade nacional ao propor ao parlamento do país a criação da Lei Geral de Cooperativas. (*Informe OCB)*

**AGENDA PARLAMENTAR:**

**OCB divulga resultado da semana passada no Congresso Nacional**

O Plenário do Senado Federal aprovou, na última terça-feira (10/03), o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 124/2013, de autoria do senador Blairo Maggi (MT), que suspende a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) 429/2012, a qual estabelece que tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou destinadas a trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes devam estar registrados e emplacados para transitar em via pública.

**Mobilização intensa** - O Sistema OCB tem trabalhado intensamente para solucionar a questão do registro dos veículos utilizados nas atividades agrícolas, por meio da articulação com todos os organismos governamentais responsáveis pelo setor e, também, com o Congresso Nacional. A proposição segue, agora, para análise da Câmara dos Deputados.

**Audiência pública** - Além disso, na quinta-feira (12/03), o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, participou de audiência pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que debateu o movimento nacional dos caminhoneiros e seu impacto no setor produtivo, em especial sobre o agronegócio brasileiro.

**Posicionamento** - Durante a audiência, o presidente comentou sobre os dois ângulos em que sistema cooperativista está incluído, que envolve as cooperativas agropecuárias de um lado, e por outro lado as cooperativas de transporte de carga. Márcio Lopes ressaltou ainda a articulação e as sugestões apresentadas pelo Sistema OCB, junto aos Poderes Legislativo e Executivo, na busca de soluções para a questão.

**Emplacamento** - A Comissão de Agricultura realizou também, na sexta-feira (13/03), audiência pública na Expodireto-Cotrijal, em Não-Me-Toque (RS), com a finalidade de debater o emplacamento de máquinas agrícolas. (*Blog OCB no Congresso*)

Para acessar o resultado completo da Pauta Semanal, [clique aqui](http://xn--resultado_pauta_semanal_de_09_a_13_de_maro_de_2015-jle/).

**SENADO:**

**Seis medidas provisórias terão comissões instaladas nesta terça-feira**

Seis comissões mistas destinadas ao exame de Medidas Provisórias serão instaladas nesta terça-feira-feira (17/03). Entre as MPs estão as duas mais polêmicas relacionadas ao ajuste fiscal. Elas tratam das mudanças na concessão da pensão por morte e do auxílio doença ( MP 665/2014 ) e do endurecimento das regras do seguro-desemprego e do abono salarial (MP 665/2014). As instalações, com a eleição de presidentes e vice-presidentes das comissões, terão início às 14 horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

**Críticas** - As MPs 664 e 665 têm gerado críticas dos parlamentares, que acusam o governo de reduzir direitos trabalhistas e previdenciários em nome do ajuste fiscal. O governo, por outro lado, argumenta que as mudanças são necessárias em razão de vários fatores, como o número de fraudes que geram o recebimento indevido dos benefícios. A intenção do Executivo, com as alterações, é economizar cerca de R$ 18 bilhões por ano a partir de 2015.

**Ajuste fiscal** - A MP 664/2014 prevê a carência de 24 meses de contribuição para a concessão de pensão por morte. Antes essa carência não existia e o beneficiário tinha o direito de receber a pensão a partir de uma única contribuição mensal do segurado. Também passa a valer o tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável para que o cônjuge receba a pensão. Além disso, o texto prevê uma nova forma de cálculo, que reduz o valor dos benefícios. Quanto ao auxílio-doença, a MP prevê um teto para o valor do benefício para evitar que fique acima do último salário que o segurado recebia.

**Rigor** - Já a MP 665/2014 aumenta o rigor para a concessão do abono salarial, do seguro-desemprego e do seguro-defeso dos pescadores artesanais. Em relação ao seguro-desemprego, a carência para a primeira solicitação passa de seis para 18 meses. Na segunda solicitação, o período de carência será 12 meses. A partir do terceiro pedido, a carência voltará a ser de 6 meses. A MP também passa a impedir o acúmulo do seguro-defeso, benefício dos pescadores artesanais, com outros benefícios assistenciais e previdenciários. Outra mudança é o aumento no tempo de carteira assinada para receber o abono salarial.

**PIS/Pasep e Cofins** - Outro texto que é parte do pacote de ajuste fiscal também terá sua comissão instalada na terça-feira. A MP 668/15, eleva de 9,25% para 11,75% as alíquotas de contribuição ao PIS/Pasep e da Cofins sobre a importação de mercadorias. As novas alíquotas valerão a partir do dia 1º de maio. A expectativa do governo é que, com a medida, a arrecadação federal neste ano seja elevada em R$ 694 milhões. A medida traz percentuais específicos, diferenciados, para alguns tipos de produtos, como medicamentos e pneus.

**Outras MPs -** A MP 663/2014 aumenta em R$ 50 bilhões o limite de incentivos financeiros repassados pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Com o novo teto, os benefícios concedidos por meio de baixas taxas de juros às estatais passam a totalizar R$ 452 bilhões no período de novembro de 2009 a dezembro de 2015. O objetivo, segundo o governo, é auxiliar o BNDES atender à crescente demanda pelo aumento da competitividade da indústria brasileira.

**Empréstimo** - Também com instalação de comissão prevista para terça-feira, a MP 661/2014 autoriza a União a conceder empréstimo de até R$ 30 bilhões ao BNDES. A MP também estabelece que o superávit financeiro do governo federal poderá ser destinado “à cobertura de despesas obrigatórias”. Superávit é todo o dinheiro economizado ou arrecadado a mais pelo Tesouro Nacional durante um ano. Geralmente, essa sobra de recursos é gasta no ano seguinte, mas respeitando estritamente a vinculação da receita, ou seja, cada determinado montante excedente só pode ser aplicado na área a que estava interligado de acordo com a legislação.

**Amapá e Roraima** - A MP 660/2014, que permite a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima a permanência nos quadros de pessoal da União é outra com instalação prevista para a próxima semana. A reintegração dos servidores ao quadro federal foi autorizada pela Emenda Constitucional 79, promulgada em maio de 2014. Os servidores reintegrados farão parte do quadro em extinção da administração federal. Eles continuarão prestando serviço aos estados ou municípios, na condição de cedidos, até que sejam aproveitados em órgão ou entidade da administração federal. (*Agência Senado, com informações da Agência Câmara*)

**RAMO AGROPECUÁRIO:**

**64% dos produtores são vinculados a cooperativas**

"64% dos produtores das principais culturas (soja, cana, milho, café, algodão, arroz, laranja, trigo, gado de corte e de leite) estão vinculados a cooperativas do ramo agropecuário". O dado foi apresentado pelo presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Márcio Lopes de Freitas.

**Pesquisa** - Ele aponta pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Sistema OCB, por meio do Índice de Confiança do Agronegócio (ICAgro) e do perfil do produtor agropecuário. A entidade representa 1,6 mil cooperativas do setor agropecuário, com mais de um milhão de cooperados, um faturamento que supera a marca dos R$ 100 bilhões e com mais de 10% da participação do PIB (Produto Interno Bruto) do Agronegócio.

**Cooperado** - Para Freitas, é importante ressaltar que todo o resultado é voltado ao cooperado: "Por isso, as cooperativas possuem estratégias de longo prazo, perpetuação e persistência, mesmo atuando em mercados muito voláteis, diferente dos empreendimentos voltados ao investidor, que buscam prioritariamente retornos financeiros."

**Regiões** - A OCB destaca que são 164,3 mil empregos gerados, sendo que o Sudeste é a região com maior número de cooperativas: 428, e o Sul é a região com maior número cooperados (496,9 mil) e empregos (113,5 mil). Segundo a entidade, as 20 maiores cooperativas apresentam R$ 60 bilhões em faturamento, atuação em 8 estados e no Paraguai, investiram mais de 2,6 bilhões no último ano para um crescimento médio (em faturamento) de 15% no último período. *(Agrolink / VS Comunicação*)

**AGRICULTURA:**

**Kátia Abreu diz que eventual aumento de juros não inviabilizaria o setor**

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, disse na sexta-feira (13/03) que, mesmo que haja aumento na taxa de juros do Plano Safra 2015/2016, “nada será feito que inviabilize a agricultura”. A ministra evitou responder se haverá nova elevação dos juros e se será maior que a do ano passado, quando as taxas do programa subiram em média um ponto percentual

**Momento adequado** - “Nós sabemos da rapidez com que a agricultura responde à economia, ao emprego, às importações. Estou totalmente tranquila no que diz respeito ao volume e aos juros que praticaremos na próxima safra. Não posso responder [sobre a alta de juros], nós teremos o momento adequado, que será o lançamento do plano”, disse.

**Evento** - Kátia Abreu falou à imprensa após participar da 4ª Reunião de Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Brics, grupo que reúne as cinco principais economias emergentes: Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul.

**Secretário de política agrícola** - Na entrevista, a ministra também confirmou que o engenheiro agrônomo André Nassar, diretor da empresa de consultoria Agroícone, será o próximo secretário de Política Agrícola da pasta. “Nos próximos dias, aguardamos nomeação pela Casa Civil, que tem o trâmite burocrático necessário”. Por fim, Kátia Abreu informou que o ministério deve enviar uma missão à China, Malásia e Rússia para tratar da questão da exportação da carne brasileira.

**Organização** - “Estamos organizando agora, na segunda semana de abril. Vamos com entidades, grandes empresas, médias empresas, que estão em negociação para a abertura de plantas não só na China, mas também na Malásia e na Rússia. Queremos estar em dia com todos os nossos protocolos sanitários e fitossanitários para dar solidez a esse comércio”, afirmou. (*Agência de Notícias do Paraná*)

**TRIGO:**

**Projeções apontam para redução na área no RS**

Na última quinta-feira (12/03), lideranças do setor, pesquisadores, entidades e estudantes, participaram do "Encontro prospecções para consolidar a viabilidade da cadeia do trigo", ocorrido durante a Expodireto Cotrijal, em Não me Toque (RS), com destaque para o debate sobre temas importantes que envolvem o desenvolvimento da cultura, como a qualidade industrial, segregação, comercialização e a próxima safra no sul do Brasil. "No Brasil temos cinco classes de trigo: melhorador, pão, doméstico, brando e trigo biscoito. Essa separação nos proporciona uma melhor liquidez e maior preço, por isso a importância da segregação e da separação", comentou Sérgio Dotto, chefe-geral da Embrapa Trigo.

**Novos mercados** - Com 3 milhões e 300 mil toneladas de trigo produzidos na safra de 2013, com um consumo interno no Rio Grande do Sul de 1 milhão e 100 toneladas, um anseio é a abertura de novos mercados para a exportação. Sérgio Dotto alerta para os países da África como potenciais compradores do trigo gaúcho. "Temos que aproveitar esses eventos como a Expodireto Cotrijal e apresentar e colocar esse trigo em rodadas de negócios e iniciar assim uma política de comercialização", explicou.

**Área menor** - Ainda indefinida, a próxima safra de trigo no RS pode sofrer uma forte queda na área cultivada. Segundo o assistente técnico da Emater, Luiz Ataídes Jacobsen, a quebra da última safra do cereal poderá influenciar na hora da definição dos projetos visando os investimentos futuros no trigo. "Trabalhamos com uma projeção de até 30% de redução na área de trigo no RS, em comparação com a safra passada. É claro que acreditamos que esse número possa reduzir e acreditamos que nossos produtores possam avaliar melhor a cultura e voltar a investir", disse.

**Projeto trigo** - Ao final do encontro, membros do Sindicato Rural de Passo Fundo apresentaram um projeto que tem como objetivo criar a Associação Trigo Brasil, reunindo cooperativas, indústria e cerealistas. A intenção, segundo João Batista da Silveira, membro da Comissão de Trigo do Sindicato Rural, é que a entidade atue como representante de toda a cadeia, defendendo os interesses tanto dos produtores quanto das indústrias e dos cerealistas. "Queremos uma associação que seja vigilante a todas as políticas de trigo a serem desenvolvidas, de logística, de redução de tributos, de condição de armazenagem, enfim, a tudo o que está faltando", destacou, explicando que a proposta da criação da entidade será apresentada agora individualmente aos diferentes setores. (*Expodireto Cotrijal / VS Comunicação*)

**EXPORTAÇÕES:**

**Mapa e CNA ganharão assento no conselho da Apex**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) terão assento no conselho deliberativo da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). A inclusão dos dois órgãos será oficializada na edição desta segunda-feira (16/03) do Diário Oficial da União.

**Primeira vez** - A medida foi comemorada pela ministra Kátia Abreu, que há cinco anos vinha pleiteando uma cadeira para o agronegócio junto à agência. Será a primeira vez que Mapa e CNA participarão do conselho.

**Espaço importante** - “É um espaço importante para o agronegócio, que agrega 40% das exportações brasileiras. Nada mais justo”, disse a ministra da Agricultura. “O protagonista das vendas não poderia ficar de fora desse conselho, que é de suma importância. Agradeço à sensibilidade da presidente Dilma Rousseff por garantir mais essa conquista ao agronegócio”, completou Kátia Abreu.

**Integrantes** - Atualmente, compõem o conselho deliberativo MDIC (que preside o órgão), Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Sebrae, BNDES, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ministério de Relações Exteriores, Câmara de Comércio Exterior (Camex) e Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). (*Mapa*)

**PARANAGUÁ:**

**Porto comemora 80 anos com inauguração de equipamentos**

Nesta terça-feira (17/03), o Porto de Paranaguá fará 80 anos. Em comemoração, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) promoverá uma solenidade no cais com muitas surpresas. A data também vai marcar o início das operações de dois novos shiploaders (carregadores de navio).

**Corredor de Exportação** - Os novos equipamentos serão inaugurados no Corredor de Exportação e aumentarão em 33% a produtividade do Porto de Paranaguá. A Appa investiu R$59 milhões na compra de quatro novos carregadores, sendo que dois deles estão sendo montados e deverão entrar em operação no próximo semestre. Os novos shiploaders vão substituir equipamentos adquiridos na década de 70.

**Continuidade** - As comemorações vão continuar nos dias 21 e 22 de março, com a realização da 1ª Remada em Comemoração aos 80 anos do Porto de Paranaguá. Desde a inauguração, em 1935, o Porto de Paranaguá aumentou em quase 500 vezes o volume de cargas movimentadas ano a ano. “Em 1935, o Porto de Paranaguá movimentava 91.598 toneladas de carga. Em 2014, a movimentação registrada foi de 45.548.423 milhões de toneladas”, comparou o diretor presidente da Appa, Luiz Henrique Dividino.

**Como começou** – A história do Porto de Paranaguá remonta ao século 17. Em 1872, o porto, que hoje é um dos maiores complexos portuários do Brasil e da América Latina, era um atracadouro administrado por particulares.

**Governo** - Foi apenas no início do século 20, em 1917, que o Governo do Paraná assumiu a administração. No dia 17 de março de 1935 o novo Porto de Paranaguá foi inaugurado no local onde está até hoje. O Porto contava com cais acostável de 400 metros, calado de cinco metros, além de dois armazéns e linhas férreas para guindastes, totalizando uma área cercada de 10 mil metros quadrados. Naquela época, os navios eram abastecidos por meio de canoas a remo e o ponto de espera era a Ilha do Mel.

**Área total** - Hoje, o Porto de Paranaguá tem área total de 2,3 milhões de metros quadrados e 4.232m de extensão de cais e píeres. Possui 20 berços de atracação, um dolphing para navios RO-RO e dez shiploaders. O complexo para granéis tem capacidade estática de 1,55 milhão de toneladas ou capacidade de armazenamento de 27 mil caminhões.

**Exportações** - Entre os portos brasileiros, o de Paranaguá é o primeiro colocado em exportação de farelo de soja e óleo vegetal; o segundo em exportação de açúcar, milho, algodão, papel (bobina), álcool, veículos; e o terceiro em exportação de congelados, soja e madeira.

**Fertilizantes** - O Porto de Paranaguá também é o primeiro colocado em importação de fertilizantes; o segundo em pasta e outros produtos químicos; e o terceiro porto do País em importação de granéis sólidos, máquinas, peças e equipamentos.

**Importância econômica** - O secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, ressalta a importância do Porto de Paranaguá para a economia do Estado e do País. “Os portos do Paraná retomaram a movimentação de mercadorias nos últimos quatro anos. Foram modernizados, cresceram em produtividade e em visibilidade no mercado internacional. Este trabalho vai continuar“, declarou Richa Filho.

**Melhorias** - Entre os fatores que impulsionaram o Porto de Paranaguá estão os investimentos, nos últimos quatro anos, de R$ 511 milhões em obras de melhoria, infraestrutura e novos projetos.

**Sistema de conferência** - Houve modernização do sistema de conferência das cargas de fertilizantes, que agilizou o trabalho e ajudou a diminuir o tempo de espera dos navios, a criação do carga online - sistema informatizado que ordena a chegada de caminhões graneleiros ao Porto de Paranaguá, e a adoção do monitoramento eletrônico e de novas regras de atracação no Corredor de Exportação, que agilizaram a exportação de grãos.

**Dragagem** - Também foram feitas três campanhas de dragagem, que devolveram a profundidade original aos canais de acesso e berços de atracação, recuperação das vias de acesso no entorno do Porto, aumento do pátio de triagem, o Programa Porto no Campo e a garantia das licenças ambientais. Estas medidas resultaram no aumento da receita cambial, que em 2010 era de U$ 14,5 bilhões e passou para U$ 16,5 bilhões em 2014. Já a movimentação geral de cargas passou de 38,1 milhões em 2010, para 45,5 milhões em 2014.

**Remada dos 80 Anos** - Paranaguá vai sediar, nos dias 21 e 22 de março, a 1ª Remada em Comemoração aos 80 anos do Porto de Paranaguá. A remada remete à primeira vez que o porto recebeu uma embarcação, em 1935, quando o Clube de Natação e Regatas Comandante Santa Rita ‘escoltou’ o navio que chegou para atracar na cidade.

**Participantes** - O evento vai contar com mais de cem participantes. Na agenda da remada estão duas competições de stand-up paddle, uma gincana ecológica de caiaque, passeio pela baía e muitas outras atividades aos visitantes.

**Categorias** - A remada vai contar com duas categorias: SUP Race 5km e SUP Fun Race 3km. A largada será dada na prainha em frente ao Palco Tutóia, em direção à Capitania dos Portos de Paranaguá. Todas as remadas contam com competições masculinas, femininas, open e master.

**Prêmios** - Entre os prêmios que serão sorteados estão uma prancha de stand up paddle, um caiaque e duas velas náuticas. Todos os participantes que completarem as provas receberão medalha. Mais informações e inscrições pelo site <http://www.asup.com.br/>. (*Agência de Notícias do Paraná*)

**SERVIÇO**

80 anos do Porto de Paranaguá

Data: terça-feira (17), às 11h

Local: Faixa portuária (Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, D. Pedro II, Paranaguá)

Contato: (41) 3420-1198

**INFRAESTRUTURA:**

**ANTT questiona obras da Transnordestina**

Quase dez anos após o início das obras da ferrovia Transnordestina, o governo federal e os donos do projeto agora batem cabeça sobre o cronograma de entrega da estrada de ferro, que deveria estar operando desde 2010. Enquanto a Transnordestina Logística AS (TLSA) garante ter concluído dois trechos da ferrovia em Pernambuco, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informa que ainda há muito serviço por fazer.

**Prazo** - Venceu em 22 de janeiro o prazo para a conclusão de um trecho de 163 km entre os municípios de Salgueiro (PE) e Trindade (PE). Essa é a terceira entrega prevista no contrato de concessão, que só foi assinado em janeiro de 2014, após uma renegociação que levou os custos da ferrovia de R$ 4,5 bilhões para R$ 7,5 bilhões.

**Advertência** - O documento prevê advertência para o descumprimento na entrega de lotes menores e multa para quando os trechos mais longos não forem entregues.

**Não cumprimento** - De acordo com a ANTT, até agora nenhum prazo foi cumprido pela TLSA. "Durante as vistorias do mês de fevereiro de 2015, a equipe técnica da ANTT constatou em campo que tanto o trecho Salgueiro­Missão Velha quanto o trecho Trindade­Salgueiro não foram totalmente concluídos, restando ainda a implantação de obras de adequação viária, de elementos de drenagem, de proteção ambiental, entre outras", informou a agência.

**Processo administrativo** - Antes de aplicar as multas, no entanto, a ANTT vai abrir um processo administrativo para apurar oficialmente o descumprimento do contrato de concessão, por meio do qual a TLSA poderá apresentar sua defesa.

**Comando** - Controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do empresário Benjamin Steinbruch, a concessionária passou a ser comandada no mês passado pelo ex­ministro da Fazenda e da Integração Nacional Ciro Gomes. Procurado pelo Valor, ele não respondeu até o fechamento da edição.

**Nota** - Em nota, a TLSA reiterou que os trechos mencionados estão concluídos, "restando apenas serviços de manutenção". A empresa informou ainda que as obras seguem "em ritmo acelerado", com mais de 6 mil trabalhadores e cerca de 1 mil equipamentos de grande porte em operação. Segundo a TLSA, estão concluídos 45% das obras totais e mais de 520 quilômetros de trilhos estão colocados. O projeto da Transnordestina prevê 1.750 km ligando o município de Eliseu Martins (PI) aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE).

**Problemas financeiros e operacionais** - Problemas financeiros e operacionais retardaram em anos o início da operação da ferrovia, apresentada como um corredor fundamental para o escoamento de minério, combustíveis e grãos do interior do Nordeste. Nos últimos dois anos, no entanto, as obras avançaram apenas 5%. O rompimento do contrato da TLSA com a Odebrecht, em 2013, foi um dos principais entraves ao andamento dos trabalhos. Após mais de um ano em busca de interessados em assumir o projeto, a TLSA só conseguiu recentemente fechar contratos com empreiteiras de menor porte.

**Conclusão** - A Transnordestina é tocada hoje pelas construtoras Via Magna, Civilport, Marquise, Sumont, Ancar e Demas. O novo prazo para conclusão é janeiro de 2017. (*Valor Econômico*)

**MEIO AMBIENTE:**

**Lista global das dez maiores áreas de desmatamento inclui Amazônia e Cerrado**Um relatório que vai ser publicado este mês pela organização não governamental WWF coloca duas regiões brasileiras no mapa das dez maiores frentes de desmatamento no mundo. A versão preliminar do documento, à qual o Valor teve acesso, aponta que a Amazônia e o Cerrado poderão perder 59 milhões de hectares de mata até 2030, caso não sejam reforçadas as políticas de controle do desmatamento. O volume representa 40% de todas as áreas verdes que poderão desaparecer do planeta nos próximos 15 anos.

**Segurança** - Apesar da expressiva redução no ritmo do desmatamento na Amazônia observada na década passada, ainda não há segurança de que o movimento se manterá nos próximos anos, avalia o diretor de Florestas da WWF International, Rodney Taylor. O ativista australiano esteve em Brasília na semana passada para encontros com representantes do projeto Amazônia Viva, organizado pela WWF.

**Vice-liderança** - Coordenador do relatório global das frentes de desmatamento, Taylor diz que, apesar dos bons resultados dos últimos anos, o Brasil ainda é vice­campeão mundial de desmatamento, superado apenas pela Indonésia. Lembra que, nos últimos dois anos, a derrubada da floresta amazônica voltou a crescer no país.

**Estimativa** - O relatório da WWF estima que a região amazônica pode perder entre 23 milhões e 48 milhões de hectares de floresta até 2030. Pecuária, agronegócio, indústria madeireira e obras de infraestrutura estão entre os principais fatores de pressão sobre a floresta, que abrange nove países da América do Sul. A Pan Amazônia é formada por Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

**Outros países** - Taylor lembra que a redução no desmatamento em terras brasileiras ­ que representam 60% da área total da Pan Amazônia ­ é negativamente compensada pelo crescimento na devastação dos vizinhos, especialmente Peru e Bolívia. "A Amazônia é um bioma interdependente. Se o Brasil cuidar e os outros não, não adianta. O Brasil não pode achar que tem que fazer sua parte sozinho", disse.

**Fenômenos climáticos** - Cláudio Maretti, que coordena o projeto Amazônia Viva, lembra que os fenômenos climáticos mais recentes experimentados no país, como a seca prolongada na região Sudeste e as chuvas e enchentes no Norte, podem refletir o desmatamento feito ao longo das últimas décadas. De acordo com ele, além do monitoramento das florestas, são necessárias a implementação de políticas específicas de preservação da floresta e pressão social sobre os principais devastadores.

**Participação fundamental** - De acordo com Maretti, a participação das empresas é fundamental, mais ainda incipiente. "Temos algumas iniciativas bem­sucedidas na indústria da soja, no sentido de não comprar de produtores que devastaram a Amazônia. Mas ainda é pouco, porque muitos não compram de fornecedores da Amazônia, mas compram de uem destrói o Cerrado", diz. Também são poucas as iniciativas da indústria da carne, outro setor visto como "vilão" das florestas.

**Hidrelétrica** - Entre as maiores preocupações em relação à Amazônia está o projeto da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará. O empreendimento ainda não recebeu o licenciamento ambiental, mas é fortemente questionado pelos ambientalistas. A WWF está preparando um levantamento sobre o efeito dos desvios nos leitos dos rios ­ comuns nos projetos hidrelétricos ­ sobre a saúde da bacia amazônica. O documento será apresentado em abril, durante congresso sobre o clima na Coreia do Sul.

**Governança** - O relatório das frentes de desmatamento afirma ainda que, no curto prazo, a solução para atenuar a degradação é melhorar a governança das políticas de preservação. No longo prazo, diz o documento, "agricultura e pecuária terão que encontrar formas de produzir mais com menos terra, menos água e menos poluição". Os padrões de consumo terão que ser revisitados, de forma a combinar as necessidades de redução da pobreza com a redução dos resíduos. (*Valor Econômico*)

**GOVERNO FEDERAL:**

**Planejamento eleva limite mensal de gastos da AGU e de dois ministérios**

Em movimento contrário aos realizados até agora, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, assinou a portaria 35 elevando os limites mensais para gastos de três órgãos federais. Os beneficiados são os ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento e a Advocacia­Geral da União (AGU), que, juntos, poderão gastar mais R$ 78,9 milhões por mês em "despesas correntes de caráter inadiável", até a aprovação e sanção do Orçamento deste ano.

**Queixa** - Depois da fixação dos limites de gastos mensais pela presidente Dilma Rousseff, por meio do Decreto 8.389, em janeiro, o Ministério das Relações Exteriores vinha se queixando de falta de recursos para manutenção das embaixadas, como pagamento de energia, internet, material de escritório, aluguel de residências, entre outros.

**Limite mensal** - Dilma estabeleceu o limite mensal das despesas de custeio dos órgãos públicos em 1/18 do valor anual previsto na proposta orçamentária de 2015, até a aprovação do Orçamento. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixava o limite em 1/12, mas o governo decidiu ser mais rigoroso para demonstrar empenho no ajuste fiscal. No decreto, o limite mensal das despesas de custeio do Itamaraty foi fixado em R$ 58,5 milhões. Agora, a portaria do ministro do Planejamento, publicada no dia 3, ampliou em R$ 39,3 milhões o limite, que passou para R$ 97,8 milhões, alta de 67,2%.

**Cobertura de despesas** - Questionado pelo Valor, o Ministério do Planejamento explicou, por meio de sua assessoria, que "a ampliação do limite foi destinada a cobrir despesas de funcionamento de postos de representação no exterior, incluindo pagamento de aluguéis, pessoal local e despesas administrativas".

**Desvalorização cambial** - Em nota, a assessoria do Planejamento diz ainda que "o limite foi dado frente à desvalorização cambial para não prejudicar o atendimento consular aos cidadãos brasileiros no exterior, preservando a imagem do Brasil, além de garantir o cumprimento das leis trabalhistas nos países onde estão sediados os postos e o cumprimento de contratos continuados".

**Mdic** - No caso do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), o limite mensal dos gastos de custeio foi ampliado em R$ 17 milhões. O decreto havia fixado o limite do ministério em R$ 58,5 milhões. Com a ampliação, esse valor passou para R$ 75,5 milhões, aumento de 29,1%.

**Bolsistas** - A assessoria do Planejamento informou que a solicitação do Mdic foi para o pagamento de bolsistas de pesquisa, que não estão ressalvados pela LDO, além de transferência de recursos para a Rede de Fiscalização do Inmetro, operada em convênio com os Estados. A nota explica que "grande parte da arrecadação da Rede (85%) é de receita própria dos Estados, cuja destinação é a folha de pagamento dos fiscais estaduais".

**Contratos especiais** - A ampliação do limite da AGU foi de R$ 22,6 milhões e tem o objetivo de "cobrir contratos essenciais ao funcionamento do órgão, incluindo gastos com tecnologia da informação". Na nota, a assessoria diz que a ampliação do gasto da AGU foi autorizada, porque "o órgão já está com um limite próximo ao ano passado e teria dificuldades em dar continuidade às atividades de orientação jurídica e defesa dos entes públicos, além de permitir honrar contratos continuados, evitando multas".

**Ampliação e remanejamento** - No caso da AGU, a ampliação autorizada é superior ao limite mensal anteriormente fixado pelo decreto da presidente Dilma, que foi de R$ 15,1 milhões. O Decreto 8.389 autoriza o ministro do Planejamento a ampliar ou remanejar os valores mensais definidos para cada órgão público, "desde que devidamente justificados pelos órgãos". (*Valor Econômico*)

**FOCUS:**

**Mercado prevê inflação de quase 8% e queda de 0,78% no PIB**

As expectativas dos analistas de mercado para a atividade econômica e para a inflação continuaram a se deteriorar na última semana, de acordo com o boletim Focus, do Banco Central. A mediana das estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu pela décima primeira semana consecutiva, desta vez de 7,77% para 7,93%. Preços administrados e câmbio estão entre as fontes de pressão. A projeção para os monitorados subiu de 11,18% para 12% enquanto a estimativa para o dólar ao fim de 2015 saiu de R$ 2,95 para R$ 3,06.

**Selic** - Apesar da pressão inflacionária, os analistas mantiveram a estimativa para a taxa Selic em 13% ao fim deste ano e em 11,5% ao fim de 2016, quando o IPCA deverá subir 5,6%, projeção revisada de 5,51% da semana anterior.

**Inflação** - A projeção para a inflação em 12 meses subiu de 6,53% para 6,58% e, para o mês de março, avançou de 1,14% para 1,31%.

**Top 5** - Entre os analistas Top 5, os que mais acertam as previsões, a deterioração das expectativas foi maior. Eles veem o IPCA em 8,33% (de 7,97% estimados antes) em 2015 e em 5,61% (de 5,45%) em 2016, com taxa de juros de 13,5% no fim deste ano. Para 2016, a estimativa da Selic foi mantida em 11,5%.

**Atividade** - As estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) também continuaram a cair pela décima primeira semana seguida. Os analistas agora esperam retração de 0,78% em 2015, ante queda de 0,66% na semana anterior. Para 2016, a estimativa baixou de expansão de 1,4% para 1,3%.

**Produção industrial** - A expectativa para a produção industrial caiu bastante para ambos os anos. Estima­se agora que a produção deve cair 2,19% neste ano, ante queda de 1,38% projetada anteriormente. Para o ano que vem, a projeção de expansão caiu de 2,4% para 1,68%. (*Valor Econômico*)

**CÂMBIO:**

**Dólar dispara e fecha semana a R$ 3,24, maior cotação em quase 12 anos**

Com alta de 2,77%, a maior deste ano desde 30 de janeiro (2,96%), o dólar comercial fechou a semana passada cotado a R$ 3,249. Ao longo do dia, a moeda americana chegou a valer R$ 3,28, mas reduziu a alta no fim da sessão. A cotação de sexta-feira (13/03) é a maior desde 2 de abril de 2003, quando a moeda norte-americana valia R$ 3,259.

**Valorização** - A alta desta sexta foi bem maior que a de quinta-feira (12/03), quando o dólar subiu 1,08% e fechou cotado a R$ 3,16. A moeda acumula alta de 6,3% nesta semana e de 13,76% no mês. A valorização acumulada no ano chega a 22,2%.

**Impacto** - A recuperação da economia dos Estados Unidos, que aumenta a possibilidade de elevação dos juros americanos, tem feito o dólar se valorizar em relação a várias moedas. Juros mais altos nos países desenvolvidos reduzem o fluxo de capital para países emergentes, como o Brasil, pressionando o dólar para cima.

**Problemas internos** - Problemas internos na economia brasileira fazem com que a moeda americana se valorize mais. Economistas defendem a implementação do plano de ajustes financeiros do governo federal e a sinalização de outras medidas para recuperar a confiança do mercado e reduzir a especulação cambial. (*Agência Brasil*)